

Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Setembro de 2012 – Nº 52 – Ano 5 – Av. Presidente Vargas, 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20071-003 – (21) 2215.2443

SISEJUFE Filiado à FENAJUFE e à CUT

REAJUSTE DE 33%



Foto: Henri Fleueiredo

UMA VITÓRIA DA LUTA E DA MOBILIZAÇÃO

Depois de três anos lutando contra a intransigência do Poder Executivo e contra a inabilidade de presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em afirmar sua autonomia de poder da República, e depois de seis greves em anos subsequentes, conseguimos finalmente que houvesse um acordo orçamentário com o governo federal e fosse encaminhado um projeto de lei substitutivo ao PL 6.613/2009 com a reposição salarial da categoria judiciária.

Alguns dirão que não foram os 54,6% pelo qual batalhamos desde 2008. Conseguimos um pouco mais da metade do que pretendíamos. Nós que fizemos greves, piquetes, arrastões de convencimento de colegas nos locais de trabalho, nós que fizemos passeatas, nós que estivemos nos desgastando na luta há anos sem

perder a esperança diremos que, sim, foi uma grande vitória.

Em meados de julho, o cenário era de aumento zero. O Executivo endurecera o discurso e iria fechar o orçamento sem alocar um centavo para o Judiciário. Estenderíamos uma greve até 20 de dezembro sem perspectiva de reajuste. Naquele momento, o papel da Central Única

dos Trabalhadores (CUT) foi decisivo com a tomada da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes por 20 mil servidores públicos federais. A CUT ocupou o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), articulou com Palácio do Planalto, teve audiência com o presidente do STF, Ayres Britto, e com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e conseguiu reabrir uma negociação que já era dada como encerrada por todos – principalmente pela imprensa comercial, aquela que (de)forma a opinião pública no Brasil.

A primeira proposta era de 15,8% de aumento em 3 exercícios. Conseguimos avançar, numa disputa inclusive com os magistrados, e retiramos R\$ 714 milhões das opções das FCs e CJs, tornando inclusive menos atraente vir para o Judiciário para quem não tem concurso. Com isto, reduzindo as opções e ganhando esta verba na disputa com a magistratura – verba que servia, ao fim de cada ano, para pagar “passivos dos magistrados” – abrimos passo para um aumento maior: 33% em média, utilizando o aumento da Gratificação de Atividade Judiciária

(GAJ) que vai de 50% para 100% até janeiro de 2015.

Dada a intransigência do governo federal, uma greve de baixa adesão (só 12 estados participaram em agosto), o prazo exíguo para o fechamento do orçamento, a falta de perspectiva de acordo (ainda mais com a desculpa esfarrapada da crise internacional) acreditamos que transformar 0% em 33% foi uma tremenda vitória.

Evidentemente, grande parte do que queríamos não foi conquistado – mas isto não atrapalha nossa luta, pelo contrário, uma vitória ainda que parcial prepara a categoria para obter mais conquistas. Assim foi na luta pela GAJ de 50%, quando chegamos a 30% partindo de 12%: foi mais fácil depois chegarmos a 50%. Só os intransigentes e os extremistas, tanto de direita quanto de esquerda, os que pregam o “quanto pior, melhor”, querem acreditar que é mais fácil chegar a 54,6% partindo do 0% do que alcançar este patamar a partir de 33%.

A próxima luta é dobrar o Adicional de Qualificação (AQ). Nosso AQ, afinal, é irrisório se comparado

ao de outras categorias. No IBGE, por exemplo, o AQ de doutorado está em 35%. Os servidores da base da Federação dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) tem AQ de doutorado em 75%. Como não se trata de aumento direto, o Executivo tem resistência menor. Portanto, se partirmos de dobrar os valores, com AQ para cursos superiores para técnicos em 10%, para todos que tenham pós-graduação em 15%, para mestrado em 20%, e doutorado 25%, dobraríamos o valor e chegaríamos, em média a 15% de aumento para cerca de 90% da categoria em dois anos.

Talvez possamos até ousar mais e partir do patamar de 15% para chegar a 30%, já que será um aumento gradual e todas as outras categorias do serviço público o tem.

Neste momento, com os 33% (veja matéria e a tabela na contracapa) ganham os grevistas, os lutadores e a categoria em geral. Perdem apenas os sectários de diversos matizes, que apostaram na derrota por questões ideológicas e político-partidárias. Prossigamos na luta!

Sisejufe completou 23 anos em 31 de agosto

Na tensa sexta-feira, 31 de agosto, último prazo para que a Lei Orçamentária de 2013 comportasse a verba para o reajuste da categoria judiciária, uma delegação do Rio de Janeiro defendia na Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília, a decisão da assembleia geral ocorrida no dia anterior, na Candelária: suspender a greve e aceitar a proposta costurada entre o STF e o Executivo de 33% de reajuste.

Os acontecimentos da luta sindical naquela sexta-feira deixaram em segundo plano uma data importante para o sindicato. Em 31 de agosto de 1989, era fundado o Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe).

Latuff



Curtas reflexões de uma vitória

Temos que chegar no 54º andar e o elevador só vai até o 33º. Você prefere subir tudo de escada ou só os andares restantes?

Pedro Paulo Gasse Leal*

Tenho lido e escutado nos últimos dias contestações quanto à vitória em nosso PCS. Afirmam que o concedido representa uma derrota. Felizmente é fácil perceber que a queixa é de quem jamais perdeu uma gota de suor nesta luta. Quando a proposta final foi apresentada ouvi colega dizendo que “devemos fazer mais pressão”. Devemos quem, se nos três anos de greve eu nunca o vi participando de sequer um minuto de paralisação?

Sentimento de derrota pode ter aqueles que, de passagem, indagavam sobre as negociações. Informados que os avanços dependiam da adesão à greve, diziam “mas esta categoria, puxa vida, não adere,

não participa ...”, e após a queixa agia como se não fizesse parte desta categoria, ia para o almoço, voltava, subia para o trabalho como se nada tivesse acontecendo. Que nome daremos a isto?

Há os estacionados em suas cadeiras de trabalho, que ao serem chamados para o movimento, viravam para o computador, liam jornal, pegavam no celular; ou então faziam questionamentos que estavam respondidos no panfleto recebido e, transformado numa bolinha de papel, já se encontrava na lata de lixo. E ainda outros que compareceram apenas às assembleias na tentativa de descolar uma camisa de greve para vestir no local de trabalho.

As desculpas foram várias: tá chovendo, tá calor, vai nevar, meu horóscopo não tá legal hoje. Ou então sempre estavam a espera de mais alguém, de mais gente. Queria ver, caso fossem convidados para um fim de semana numa ilha deserta, com a fazendeira ou o galã de novela, se iam dizer “só vou se Joãozinho ou Mariazinha for”.

Talvez se considerem derrotados os que, na sua omissão, não tenham se empenhado o suficiente no que

foi conquistado. Sem falar nos que boicotaram e os que alimentam seus inflamados egos por discursos falaciosos, descompromissados com o real interesse da categoria e, irresponsavelmente, queriam arrastá-la para uma greve interminável, de consequências e destinos incertos, quando ela mesma insiste em se manter alheia ao movimento.

Pessoas que exasperam-se contra a livre opção sexual, às manifestações de matriz africana, às diversidades culturais, de costumes e estéticas, a qualquer tipo de deficiência, às agressões ao meio ambiente. Colegas que de tão conservadores não conseguem enxergar o quanto de conservadorismo existe em seu ser. Não se dão conta que ao se negarem a participar da coletividade, com a exacerbação do seu individualismo, contribuem para alimentar a máquina que perpetua os valores que dizem combater.

Já fiz minha opção e me considero vencedor desde que optei em não ficar ao lado dos inertes que, de tanta inércia, não sentem as correntes que os aprisionam. Nem com os que, possuídos de visão, não percebem a miopia no enxergar. Sou vencedor

com meus companheiros cegos que, mesmo sem ver, enxergam com muito mais amplitude e sensibilidade. Minha vitória é estar rodeado de teimosos combatentes de todo ato de injustiça, arbitrariedade ou autoritarismo camuflados por leis, resoluções, portarias e normas que objetivam somente a manter o *status quo* de seus colaboradores.

Somos vitoriosos por sermos companheiros e agirmos de acordo com o momento que se apresenta. É tempo de avaliar, recuperar o fôlego, conhecer melhor o inimigo

que se agiganta e nos prepararmos para os novos combates que se avizinham. Não existem derrotas para os persistentes que defendem incansavelmente suas convicções com coerência. Só vitória, mesmo que ela teime demorar na chegada. Em Castro Alves faço minha escolha, recusando ser “...a garça triste que mora à beira do rio”, optando por ser a “...feliz araponga errante, que é livre, e livre voa...”! Confiança a todos, pois a luta continua.

*Diretor sindical.

Talvez se considerem derrotados os que, na sua omissão, não tenham se empenhado o suficiente no que foi conquistado. Sem falar nos que boicotaram e os que alimentam seus inflamados egos por discursos falaciosos, descompromissados com o real interesse da categoria e, irresponsavelmente, queriam arrastá-la para uma greve interminável, de consequências e destinos incertos, quando ela mesma insiste em se manter alheia ao movimento.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **EDITOR-CHEFE:** Henri Figueiredo

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,6 mil exemplares.



21 3840-0100

O maior blefe da história do Judiciário Federal

São Paulo inova: 100% de adesão em greve de fim de semana!

Roberto Ponciano*

Nós, delegados do Rio de Janeiro à Reunião Ampliada da Fenajufe, já havíamos denunciado a irresponsabilidade dos setores extremistas da Fenajufe, Luta Fenajufe/Conlutas/PSTU, que se aproveitando de uma maioria circunstancial, em uma plenária esvaziada, ao fim da plenária, depois de duas horas de tentativa de acordo, haviam deliberado por um indicativo de rejeitar a proposta e permanecer em greve até a aprovação final do PL.

Segundo estes setores, tínhamos que fazer “A MAIOR GREVE DA HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO”. O Rio de Janeiro e o campo CUTista argumentaram que:

1. A greve já estava bastante esvaziada, só 12 dos 26 sindicatos tinham aderido e em todos os estados tínhamos problemas para manter a greve.

2. Três estados já haviam deliberado sair da greve, reduzindo o número de 12 para 9.

3. Com o Executivo tendo acertado uma proposta com o Judiciário, o refluxo seria ainda maior.



Foto: Imprensa Fenajufe

Brasília, 31 de agosto: campo cutista e aliados votam por sair da greve de maneira unida, mas acabam vencidos por poucos votos numa plenária já esvaziada

4. Fariamos uma greve esvaziada contra dois poderes, expondo a vanguarda ao corte de ponto e os sindicatos à multa num momento de recuo.

5. Devíamos entrar em greve, unidos e sair unidos, para não deixarmos nenhum estado exposto à punição ou a corte de pontos.

Depois de duas horas de tentativa de acordo, o campo do Luta Fenajufe, unido ao campo dos defensores do subsídio, numa plenária em que 40% dos delegados já haviam regressado a seus estados, aproveitou-se de uma maioria circunstancial e votou um indicativo de greve que venceu por 40 a 31, com 10 votos de São Paulo.

Guarde esta votação, este número é simbólico e importante. Não importava um consenso, sair de uma greve, unidos. Não importou nem o argumento de que só se constrói uma grande greve com unanimidade e, portanto, não se construiria uma grande greve com aquele resultado. Importava “ganhar” a plenária e fazer um grande blefe irresponsável com a categoria. Dentre aqueles votos estavam votos do Comando de Greve e da direção do Sindicato do Estado de São Paulo, portanto,

aquela era a “posição oficial de São Paulo”. Para eles não havia refluxo, não havia porque parar a greve. Todos que parassem a greve seriam, portanto, traidores e pelegos. Aquela votação destrutiva, paradoxalmente, construiria a “maior greve da história da categoria”.

A vitória naquela Reunião Ampliada foi uma vitória de Pirro. A delegação do Rio observou que, diante da votação, qualquer coisa que não fosse uma grande greve radical seria uma derrota para os vencedores, que haviam optado pelo “aventureirismo”, pela irresponsabilidade, diante da realidade de refluxo, acordo selado e possibilidade de punição diante de uma greve contra um acordo. Havia um fator ainda pior: com a rejeição do acordo, Judiciário e Executivo não estariam obrigados a cumpri-lo, já que simbolicamente a categoria estava, ali, rejeitando a proposta!

Pois bem, a maior greve do Judiciário Federal foi grande mesmo. Afinal, teve 100% de adesão da categoria enquanto durou: O SÁBADO E O DOMINGO, os dois primeiros dias de setembro.

Aconteceu então o inevitável: na



Foto: sintrajud.org.br

São Paulo, 3 de setembro: diante de sua maior base, Luta Fenajufe/Conlutas recua e usa argumentos do campo cutista para suspender a greve

segunda-feira, 3 de setembro, a direção do sindicato de São Paulo e o seu Comando de Greve (que haviam votado em uníssono na Reunião Ampliada da Fenajufe pela “maior greve da história” contra o “familiarizado acordo” – 40 x 31... retire dez votos e veja o resultado) com os mesmos argumentos daqueles que foram derrotados em Brasília, propuseram aceitar a proposta e sair da greve!

Ou seja, São Paulo deliberou o contrário da proposta que havia defendido na Reunião Ampliada da Fenajufe. Foi claramente um blefe, um grande blefe político, a marcação de uma posição pseudo-radical e irresponsável. Todos os nossos argumentos acabaram validados.

Marx escreveu na segunda tese sobre Feuerbach: “A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica.”

Tirando a retórica pseudo-radical, os vencedores, na prática, usaram todos os argumentos dos vencidos.

Isto demonstra a seriedade do Sisejufe e do campo CUTista que consignou claramente que era a hora certa de recuar unidos, de fazer pressão no Congresso para votar o acordo o mais rápido possível, de que era hora de dobrar o AQ e discutir a carreira e não o momento de expor a categoria depois de uma greve que foi vitoriosa e que cumpriu parcialmente seus objetivos.

A montanha pariu um rato, o altissonante grito de “a maior greve da história do Judiciário” virou o MAIOR BLEFE DA HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO, e a greve com maior adesão, afinal, 100% dos servidores aderiram à greve no sábado e no domingo.

Continuaremos a lutar com seriedade, sem “aventureirismos” e sem extremismos, que este blefe fique como lição para quem acredita em aventuras e discursos pseudo-radicalis.

*Diretor Sindical.

Entenda o caso

REUNIÃO AMPLIADA DA FENAJUFE DELIBERA POR INDICATIVO DE REJEITAR A PROPOSTA DO STF E MANTER GREVE

Em plenária dividida, e por pequena maioria, foi rejeitada a proposta de aumento feita pelo Executivo e pelo STF para a categoria judiciária federal. Depois de tentativa de consenso que durou quase duas horas e com o plenário esvaziado, já que várias delegações haviam se retirado, o campo político Luta Fenajufe/Conlutas propôs a rejeição da proposta de 33% e a manutenção da greve até que se aprove, no Congresso, o PL 6.613. Os sindicatos filiados

à CUT votaram pela aprovação imediata dos 33%. O Sisejufe considera que votar por uma greve de tempo indeterminado com o quorum esvaziado, a categoria dividida e com a movimentação em refluxo é uma grande irresponsabilidade. Os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), contrários a essa decisão aventureira, não vão seguir o indicativo e a greve deve ficar restrita aos poucos sindicatos do campo Luta Fenajufe/Conlutas que forçaram tal situação. Pela primeira vez na história da Fenajufe se

delibera uma greve por tempo indeterminado com a categoria rachada.

Os sindicatos do Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, por exemplo, deliberaram, em definitivo, por sair da greve aprovando o acordo. Assim, outros sindicatos também não vão querer expor a vanguarda da categoria a uma greve cujo o objetivo almejado, de alcançar o PL 6.613 em sua integralidade, que já foi rejeitado pelo STF e pelo Executivo, e que encontra na maior parte de suas bases aceitação para a proposta apresentada.

O Sisejufe considera que, com esse quadro, a diretoria majoritária da Federação deve buscar o entendimento junto ao STF para garantir a proposta acordada e o envio do projeto do Adicional de Qualificação (AQ) em valores dobrados.

Esta nova greve aventureira do campo Luta Fenajufe/Conlutas não tem a mínima possibilidade de ser efetivada. A direção do Sisejufe vai estar na base da categoria no Rio a partir de segunda-feira explicando a proposta acordada com o governo e com o STF e pede que a categoria

fluminense fique tranquila já que o Supremo não deixará de enviar a proposta por conta do indicativo da Reunião Ampliada.

Diretoria do Sisejufe

[Esta nota foi originalmente publicada às 20h20 de 31 de agosto na página de internet do Sisejufe, cerca de uma hora antes de se confirmar o envio, pelo STF, do substitutivo do PL 6613 para o Congresso, efetivando-se, assim, o acordo entre os Poderes.]

CUT elevou o tom, intensificou greves e negociou reajustes

Movimento Sindical

Sem a mobilização da Central Única dos Trabalhadores e sua capacidade de negociação, de um lado não se teria chegado a 350 mil servidores públicos federais em greve, por outro, não se teria alcançado os reajustes remuneratórios

Henri Figueiredo*

Quando o governo Dilma subiu o tom da interlocução com os movimentos grevistas teve todo o apoio da mídia conservadora. Atendendo aos clamores de endurecimento, o governo federal publicou o Decreto nº 7.777, que permite a substituição dos funcionários parados por servidores das mesmas carreiras em estados e municípios e, em seguida, passou a cortar o ponto dos servidores em greve do Executivo. Naquele momento, os trabalhadores tiveram na CUT a principal organização aliada. A central, até então achinchada na imprensa comercial que lhe cola o rótulo de “braço sindical do PT”, não só anunciou o descontentamento com Dilma, como protocolou, em 9 de agosto, na Organização

Internacional do Trabalho (OIT), acusação contra o governo federal por práticas antissindiais. No documento entregue à OIT, a presidenta do Brasil foi qualificada pela CUT de “totalitária e ditatorial”.

O Executivo acreditou que poderia vencer os prazos legais do Orçamento de 2013 sem enviar os projetos que preveem os reajustes às categorias grevistas. Grande parte da mídia e da oposição (inclusive da oposição de esquerda) também acreditou no naufrágio de qualquer negociação. Mas a mudança da conjuntura sindical já se dava, internamente, desde a primeira quinzena de julho – quando o bancário paulista Vagner Freitas foi eleito para suceder Artur Henrique na presidência nacional da CUT.

A diretoria do Sisejufe publicou, neste Contraponto, artigo

em que registrava: “O presidente recém-eleito da CUT cumpriu a promessa de campanha e (...) colocou 20 mil trabalhadores em Brasília, das várias entidades CUTistas, fazendo uma grande marcha, enfrentando a polícia, ocupando o Ministério do Planejamento e exigindo o reajuste. O discurso do presidente da CUT foi bem claro: “Não aceitamos que os trabalhadores paguem a crise; esta crise não foi gerada pelos trabalhadores, mas pelos rentistas, pelos banqueiros. Os trabalhadores não pagarão pela crise!”.

Com efeito, as pressões feitas pelos servidores do Judiciário Federal e de outras categorias do funcionalismo, com destaque para a Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais capitaneada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 18 de julho, mudaram o



MARCHA DOS SPFs: mais de 20 mil servidores foram mobilizados pela CUT na primeira das duas passeatas de julho, em Brasília



VAGNER FREITAS: presidente nacional da CUT

panorama da luta. Basta lembrar que, após aquela marcha, houve enfim uma reunião entre a presidenta da República, Dilma Rousseff e o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, de acordo com o divulgado no site oficial da Presidência da República. A articulação da CUT e as mobilizações de massa foram fundamentais para que o governo reabrisse negociações com os servidores, a partir do chefe do Poder Judiciário.

A comprovação de que a marcha daquele dia 18 de julho preocupou o governo foi a quantidade de policiais militares deslocados para acompanhar os manifestantes durante todo o percurso. Diferentemente das outras caminhadas promovidas pelo Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, a do dia 18 de julho contou com um número infinitamente maior de efetivo da PM, que logo em frente ao Palácio do Planalto tentou impedir a subida dos cerca de 20

mil servidores em direção à sede do Ministério do Planejamento, do lado norte da Esplanada. Depois de muita negociação dos organizadores do ato com representantes da corporação, a marcha finalmente retomou o seu percurso. Antes mesmo de os manifestantes chegarem ao MPOG, uma barreira de policiais foi formada, na altura dos Ministérios do Exército e da Marinha.

“Estes atos mostram a força da CUT, que sempre esteve ao lado dos servidores do Judiciário e que agora mostra todo seu empenho para resolver a situação dos servidores públicos federais, com a atuação firme do presidente da central e a organização de toda a logística do ato”, disse o diretor sindical Roberto Ponciano – que marchava em Brasília, cercado de policiais por todos os lados.

Na noite de 30 de julho, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, recebeu em audiência o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas. Naquele encontro, Britto afirmou enfaticamente que não aceitaria que a presidenta Dilma Rousseff cortasse automaticamente a previsão de reajustes salariais no orçamento do Judiciário, como fizera em 2011. Observou ainda que, depois de chegar ao Congresso, a presidenta Dilma, se quiser, terá duas oportunidades para deixar de aceitar a proposta do



Foto: Joana Darc Melo/Fenajufe



ESCOLTA DE ELITE: servidores do Judiciário Federal seguidos de perto pela polícia durante manifestação por reajuste salarial perto do Ministério do Planejamento

Judiciário: ou mobilizando a base aliada para derrotá-la ou vetando-a depois de aprovada. “Mas o corte automático eu não aceito”, reiterou Ayres Britto ao presidente da CUT.

Exato um mês depois daquele encontro entre Ayres Britto e Vagner Freitas, a categoria do Judiciário Federal no Rio de Janeiro votava, em 30 de agosto, na Candelária, por aceitar a proposta do STF e do MPOG e encerrar a greve. A posição soberana da base do Rio de Janeiro, que é representada por um sindicato filiado à CUT, foi levada para a Reunião Ampliada da Fenajufe, em 31 de agosto, em Brasília, e se viu minoritária (por poucos votos) contra uma proposta de manter a greve e

recusar o acordo! Pela primeira vez, uma delegação do Rio de Janeiro saía de um encontro da Fenajufe determinada a não seguir um indicativo – o que, de resto, não foi seguido tampouco pelos que o propuseram (leia artigo na página 3).

Há distâncias abissais entre fatos e versões. Lembremos disso para que, novamente, não embarquemos nas tentativas desqualificadoras das decisões da CUT. Em 19 de julho, por exemplo, o presidente da CUT foi perguntado se havia possibilidade de os servidores públicos federais fazerem uma greve geral. Ele respondeu que, em uma democracia, os conflitos se resolvem com diálogo, com negociação. O jornal Valor

Econômico, não raro apontado como o melhor da atualidade no país, reproduziu corretamente a opinião de Vagner Freitas. Já o O Estado de S.Paulo distribuiu para todo o país, por meio da Agência Estado, uma matéria intitulada: “CUT não apoia greve, mas pressiona Dilma”.

Tal história foi trazida pelo próprio Vagner Freitas, em artigo neste Contraponto. Naquele texto ele anotou: “...é preciso ler com cuidado as manchetes e os títulos dos jornais, especialmente em épocas de campanha eleitoral. Manchete/título é interpretação do editor responsável e, muitas vezes, quando lemos o conteúdo da matéria percebemos que o entrevistado não falou o que

diz o título, como é o caso da matéria do Estadão. Basta ler a matéria do Valor para perceber a diferença de tratamento dado ao que foi dito”.

Portanto, a CUT marchou duas vezes em um mês em Brasília com o funcionalismo federal; seus dirigentes endureceram as mobilizações contra a intransigência do MPOG em negociar; a CUT denunciou a falácia de se brandir questões de crise financeira internacional para justificar arrocho salarial e denunciou à OIT a mesma Dilma Rousseff a quem apoiou nas eleições presidenciais de 2010 – porque na época ela defendia a Plataforma CUT contra a Plataforma Neoliberal dos tucanos. Essa mesma CUT

intensificou greves, lutou contra o corte de ponto e mobilizou seus principais dirigentes para discutir a questão da categoria do Judiciário Federal diretamente com o chefe do Poder, Ayres Britto. Por tudo isso, caíram em desuso, desde meados de julho, dois outros rótulos muitos comumente colados à central. Um deles, usado pela mídia comercial: “central chapa branca” quase desapareceu. Já o rótulo “central pelega”, o preferido dos adversários no meio sindical, de tão contraditório diante dos fatos, acabou suprimido dos discursos. Por enquanto.

*Da Redação.

Valores de ressarcimento de assistência médica ficam aquém do esperado

Saúde Unificação de valores será até 2015

Em negociação junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, os tribunais superiores e conselhos conseguiram garantir a ampliação do limite da Proposta Orçamentária de 2013 para unificar os valores do benefício Assistência Médica e Odontológica no âmbito do Poder Judiciário da União até 2015.

Os valores negociados com o governo ficaram aquém do esperado pelos sindicatos. Havia a expectativa de que esses valores alcançassem ao menos R\$ 210,00 já em janeiro de 2013, o que não ocorreu.

Embora tenha se acordado junto ao governo a equiparação dos valores em todo o Judiciário Federal, cada ramo da Justiça ou tribunal continuará pagando va-

lores diferenciados, tendo em vista que o cálculo será feito de acordo com o número de beneficiários. Se a média de determinado tribunal é de 1 beneficiário por titular, esse órgão pagará um valor próximo a R\$ 280,00 em janeiro de 2013. Mas se esse tribunal tiver uma média de 2,5 beneficiários por titular, como acontece na Justiça do Trabalho, esse valor será de R\$ 112,00. Como pode se observar, o que se uniformizou foram os valores referentes a cada titular e por beneficiário.

CJF altera resolução e reajusta auxílio-saúde

Na sessão realizada em 27 de agosto, Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou alterações na Resolução 002, de 20 de fevereiro

de 2008, que regulamenta os benefícios do Plano de Seguridade Social no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. As alterações aprovadas referem-se ao auxílio-saúde, benefício de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento parcial de despesas com planos privados de saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário.

Portanto, o orçamento para o auxílio-saúde na Justiça Federal

de primeiro e segundo graus, na proposta orçamentária de 2013, será de R\$ 105,00 em janeiro de 2013, considerando-se dois dependentes por magistrado ou servidor. A Secretaria-Geral do CJF irá, num prazo de 60 dias, verificar a possibilidade de inclusão dos genitores, padrastos, madrastas e adotantes no rol dos dependentes dos magistrados e servidores.

Justiça Eleitoral

Na Justiça Eleitoral, o sindicato

não conseguiu, por enquanto, informações acerca dos valores que serão pagos a partir de janeiro de 2013. Atualmente esse valor é de R\$ 120,00 por beneficiário. Levando-se em conta o percentual de reajuste aplicado tanto na Justiça Federal quanto na Justiça do Trabalho, esse valor deverá se aproximar de R\$ 150,00.

Fontes: Imprensa Sisejufe/CJF/CSJT

Exerc. Finan.	Valor por magistrado/servidor	Valor por beneficiário	Varição em relação a 2012
2013	R\$ 280,00	R\$ 112,00	33%
2014	R\$ 355,00	R\$ 142,00	69%
2015	R\$ 430,00	R\$ 172,00	105%

CATEGORIA DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO VOTA PELO FIM DA GREVE E ACEITA PROPOSTA DO GOVERNO

Luta pelo PCS4

Tatiana Lima*

Em assembleia geral que aconteceu entre 15h e 16h20min de 30 de agosto, na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, a maioria dos presentes votou por aceitar a proposta do governo federal – acertada um dia antes com o Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é de reajuste de 50% para 100% da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), o que significa um aumento remuneratório de 33% divididos em três parcelas que serão pagas nos meses de janeiro de 2013, janeiro de 2014 e janeiro de 2015. Onze servidores votaram contra aceitar a proposta e houve três abstenções. O reajuste da GAJ é incorporado à aposentadoria. Apesar de parcelado, o aumento será implementado no período de 24 meses.

“Neste momento, nós estamos no limite. Gente, eu estou em greve desde 2009. Contudo, é importante dizer que nada nos impede de estarmos ano que vem de volta à luta, de volta às ruas para pressionar o governo a antecipar o pagamento da parcela, por exemplo, de janeiro de 2015 para o ano de 2014”, afirmou Valter Nogueira Alves,

diretor-presidente do Sisejufe.

A decisão dos servidores em aceitar a proposta do governo foi baseada na análise de conjuntura feita pela direção do Sisejufe e por servidores da base de que, mediante a falta de mobilização da categoria em fazer uma greve efetiva ao longo dos últimos três anos, não há como avançar na luta por um aumento maior que seria contemplado pela aprovação integral do PL 6.613/2009.

“É preciso dizer que nós não saímos derrotados deste movimento, pois está contemplado nesta proposta um aumento de mais de 1/3 do nosso salário. Isso com uma luta na qual tivemos o governo tentando dividir a categoria o tempo todo. Esse projeto não foi fácil. Na verdade, ele é o mais difícil que já tivemos em toda a história desta categoria. Rejeitá-lo aí sim seria sair derrotado desta luta”, disse Valter Nogueira Alves.

Na ocasião, Valter Nogueira Alves, que é coordenador executivo da Fenajufe, explicou à categoria que a Federação teve reunião com o STF na tentativa de negociar aumentar o índice de reajuste (15,8%) proposto pelo governo a ser incluído na Lei Orçamentária Anual (LOA). Porém, o STF informou que as negociações com a Presidência



VALTER NOGUEIRA ALVES: para o diretor-presidente do Sisejufe, melhor ficar com o possível do que com nada

da República chegaram ao limite e que o Ministério do Planejamento (MPOG) não aceitava pôr qualquer valor acima do índice de 15,8% proposto na LOA para o pagamento do reajuste dos servidores do Judiciário Federal. A partir da intransigência de qualquer outra negociação com o governo, a alternativa do STF acordada com o MPOG para diminuir as perdas provocadas pela proposta do governo, foi de usar a verba alocada de 15,8% na LOA para aumentar a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) de 50% para 100%.

Ele ainda disse que a proposta altera as Funções Comissionadas: o teto máximo para recebimento da FC será de 65%. Com

isso, sobra cerca de R\$ 800 milhões de verba no orçamento para o STF deslocar e pagar o aumento médio de 33%, a partir do reajuste do valor da GAJ. Apesar de o aumento ter sido dividido em três parcelas, o reajuste será pago no período de 24 meses.

Adicional de Qualificação

Também foi posta em votação e aprovada na assembleia (com apenas um voto contrário e duas abstenções) a proposta da Direção do Sisejufe de fazer uma emenda ao projeto para aumentar os valores de pagamento do Adicional de Qualificação (AQ) para os técnicos que tenham nível superior. A proposta foi levada para a Reunião Ampliada da Fenajufe que aconteceu na sexta-feira, 31 de agosto, em Brasília.

Com a emenda ao projeto, o AQ seria proposto da seguinte maneira: AQ para técnico 10% (70% da categoria são técnicos, 93% têm nível superior), imediatamente 64% da categoria teria mais 10%, e aí progredindo nos valores; 15% para pós-graduados; 20% para servidores com mestrado e 25% para quem tem doutorado. Em 18 meses, praticamente toda a categoria teria mais 15% incorporados à aposentadoria.

“É importante ressaltar que

2/3 dos valores das parcelas do reajuste da GAJ proposto pelo governo com acordo com o STF serão pagos em 12 meses. Isso equivale a um aumento real para um analista em torno de R\$ 2,3 mil. Na visão do STF, não há mais como avançar no orçamento. Logo, a proposta do Rio é dobrar o valor do AQ como adicional para ser levada como proposta na Ampliada da Fenajufe”, concluiu o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves.

Aprovação com insatisfação

Mesmo com a aprovação dos servidores do Judiciário Federal do Rio para aceitar a proposta do governo, tanto a Direção do Sisejufe como servidores e servidoras da base, deixaram claro em discursos, a insatisfação e o descontentamento com a proposta de aumento médio de 33% na GAJ. Na verdade, a avaliação da direção do Sisejufe é de que o a reajuste distribuído na GAJ deixará a categoria em situação desfavorável em relação a outros setores do funcionalismo público federal. Por isso, para o sindicato, os servidores precisam lutar para viabilizar a emenda ao PL 319, que altera o índice de pagamento do AQ.

*Da Redação.





Marcos Valério Raposo
Servidor do TRE

“Em função da realidade do governo de congelamento dos salários dos servidores, o funcionalismo público foi cobrar o reajuste nas ruas. Quando o governo ataca o servidor público ele também ataca a população, pois o servidor trabalha em função da sociedade. A proposta do governo é rebaixada, sem dúvida. Agora, é possível avançar quando a categoria avança. Muitos dos que estão aqui hoje merecem esse aumento, mas a verdade é que a categoria não fez efetivamente greve. Eu espero que essa história do PCS4 sirva de experiência.”



Lenilda Maria Nogueira Azevedo Correa
Servidora do TRF

“Temos que encarar essa proposta com a verdade da categoria. Dos 1.500 funcionários do TRF, poucos estão aqui. Eu acho essa proposta uma afronta do governo e um desrespeito, mas a verdade é que nossa categoria é submissa. Eu fico indignada porque são servidores que conhecem a lei e sabem o que está na Constituição. O Lula não perguntava se queriam que ele fizesse greve. Ele ia lá e fazia. Não podemos deixar o nosso direito inalienável de fazer greve.”

Ricardo de Azevedo Soares,
diretor sindical

“É óbvio que essa proposta não é a que gostaríamos. Mas temos que fazer uma análise: em 2008, começamos a tratar o PCS. Em 2009, tivemos que fazer greve para que o anteprojeto se tornasse projeto de lei. Em 2010, não conseguimos nada e veio mais greve. Em



2011, nada e mais greve. E agora, em 2012, estávamos numa situação de nada de novo, a não ser que alguém aqui considere que estar com o PL em Comissão na Câmara seja avanço. Sem contar que tivemos divisão na própria categoria pelo governo, tendo parte dela acreditado no canto da sereia do subsídio. Nesta história toda, o sindicato vem há anos fazendo um trabalho de formiguinha, subindo e descendo andares e andares de escadas fazendo arrastões, pedindo para as pessoas descerem e fazerem greve e nada mudou. Cada um de nós tem que refletir e perceber que a culpa disso é porque nós não fizemos uma greve séria.”



Roberto Ponciano, diretor sindical

“Vir aqui hoje, nesta assembleia, e dizer de forma oportunista que não devemos aceitar a proposta e continuar na luta é fácil, porque na hora de fazer greve os que dizem isso não fazem! Eu quero ver aqui quem pode colocar o dedo na minha cara e dizer que eu não fiz greve. As pessoas já estão até cansadas de ver a minha cara. Dizer que esse sindicato é fraco é uma inverdade! Foram mais de três anos de luta, dias em Brasília, dias de subida e descida pelos andares deste Judiciário implorando para as pessoas se conscientizarem do papel delas e lutarem, fazerem greve e nada. Eu acho que o reajuste é pequeno sim, mas também foi pequena a vontade e a atitude da maioria da categoria.”



Mariana Liria, diretora sindical

“De fato, essa proposta é muito ruim. Mas para uma categoria de 10 mil servidores que não fizeram greve efetivamente, vamos combinar que 33% está muito bom. A maioria que está aqui hoje é guerreiro, é de luta, mas é preciso dizer que a maior parte da categoria não vem para a luta. A verdade é que estamos acabando a greve e aceitando a proposta do governo por falta de alternativa de greve. Nosso patrão tem a caneta na mão. Se ele quisesse todo ano usava a prerrogativa da Constituição e nos dava aumento. Porém temos que, de quatro em quatro anos, parar, fazer greve etc. Por isso, a categoria precisa aceitar a convocação do sindicato para discutir a nossa carreira e não aparecer somente depois. Parabéns aos guerreiros!”

Atos setoriais marcaram a retomada da mobilização de greve no Rio

Luta pelo PCS4

Os preparativos para a retomada da greve dos servidores do Judiciário Federal do Rio começaram no dia 27 de agosto, com atos setoriais pelos tribunais no estado. No Centro do Rio, por exemplo, a direção do Sisejufe comandou as atividades na porta do Tribunal Regional Federal (TRF), na rua do Acre. Houve também mobilização na Justiça Federal Rio Branco, entre outros setores. A paralisação no Rio recomeçou no dia 28 de agosto em varas, fóruns e tribunais (interior e capital), logo após o governo propor aumento da GAJ de 50% para 100%, representando reajuste médio de 33% em três anos. Mais de 200 servidores participaram do movimento paredista. No primeiro dia, na assembleia do TRE Sede, 150 servidores participaram da reunião.



Foto enviada por e-mail por servidor do TRE

28 de agosto: grande participação de servidores em ato no fim da tarde em frente ao TRE Sede

Max Leone e Tatiana Lima *

O diretor do Sisejufe Edson Mouta ressaltava a importância da participação dos servidores nas atividades convocadas pelo sindicato. “Não adianta ficar pelos corredores, pelos elevadores do tribunal reclamando da vida. Se o servidor é contra a proposta dos 15,8% deve vir aqui (na porta do prédio) dizer que é contra, mas também participar da mobilização e não ficar só na reclamação. Já se ele é favorável aos 15,8%, também deve vir aqui dizer isso”, afirmou o diretor. Para o diretor sindical Moisés Leite, a forte presença dos servidores na assembleia do TRE, no fim da tarde de terça-feira, 28, foi uma resposta às ações veladas da administração do tribunal de coibir a participação dos funcionários da Justiça Eleitoral na greve.

No Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, mais de 50 servidores participaram do pique-

te de greve em frente ao prédio do Tribunal. “É hora de todos nós pararmos toda e qualquer atividade e fazermos uma mobilização séria e compromissada. Temos que nos tornar o ator principal desta negociação com o governo”, disse a diretora sindical Mariana Liria.

O agente de segurança do tribunal Rogério Triani disse não entender a lógica dos colegas que não perceberam a gravidade do momento. “Tem que haver mobilização de todos e não de um ou outro. Cadê o povo?”, criticou o servidor.

Na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) da avenida Rio Branco, o diretor sindical Roberto Ponciano deu informes aos mais de 20 servidores que participaram do piquete e ressaltou que o ato público feito na segunda-feira, 27 de agosto, em conjunto com o MPU, mostrou como a categoria pode ser forte se tiver unicidade e lutar pelo PCS Já!

Segundo dia de paralisação

O segundo dia de paralisação, em 29 de agosto, após a retomada da greve, foi marcado pelo apagão da Justiça Eleitoral e manifestação no Tribunal Regional Federal (TRF). No protesto no TRE do Rio, na Presidente Wilson, mais de 70 servidores seguravam balões pretos, em sinal de luto, contra a falta de negociação com o governo e por estarem a mais de seis anos sem reajuste salarial. A manifestação começou por volta das 11h e foi aumentando ao longo do dia. No TRF, na rua Acre, também teve atividade, com mais de 80 servidores aderindo à paralisação.

Os servidores do TRE organizaram comitê de esclarecimento para convencer os colegas de trabalho que tentavam entrar para trabalhar. O apagão na Justiça Eleitoral foi um claro recado à administração do tribunal sobre a possibilidade

de o movimento grevista provocar problemas nas eleições municipais de outubro, se não houvesse saída para a questão do aumento da categoria.

“Não queremos prejudicar as eleições. Pelo contrário, queremos que aconteça tudo bem. Mas é preciso que as nossas reivindicações sejam atendidas pelo governo. Estamos há seis anos sem aumento. É o melhor momento para fazermos greve e para conseguirmos aprovar nosso projeto”, afirmou Moisés Leite, diretor do Sisejufe, que comandou as atividades no TRE.

O servidor do tribunal Leonardo Couto Chueri representou “um palhaço de luto” pelo fato de a presidenta Dilma não querer negociar com o funcionalismo. Segundo ele, o nariz preto de palhaço também era em protesto contra os colegas que não fazem greve e os secretários que, de alguma forma, ameaçam com punições os servidores que participam das atividades do sindicato.

“Não somos meros espectadores do processo eleitoral, mas sim agentes executores. É a nossa força de trabalho que move a eleição. Podemos parar a eleição se não houver negociação”, afirmou ao colocar um balão preto como se fosse um nariz de palhaço.

No TRF, na rua do Acre, a movimentação de servidores na porta do tribunal também foi intensa no começo da tarde. Lá, o piquete de convencimento foi montado por volta das 12h. A diretora do Sisejufe e coordena-

dora do Departamento Jurídico do sindicato, Mariana Liria, convocou os participantes da paralisação para comparecerem ao Ato Público unificado dos servidores do Judiciário Federal no Rio e do Ministério Público da União (MPU), que ocorreu no dia 30 de agosto.

Interior também participa

A retomada da greve também chegou ao interior. No dia 28 de agosto, pelo menos 30 servidores da Justiça Federal em Campos cruzaram os braços no primeiro dia do recomeço da mobilização. Os diretores do Sisejufe Pedro Paulo Gasse Leal e Olker Pestana, que estiveram no município do Norte Fluminense, ressaltaram a importância dos servidores ao aderirem à greve, com a paralisação dos serviços normais. Segundo os dirigentes, os funcionários fizeram apenas as tarefas relacionadas às excepcionalidades específicas, como o perecimento de Direito.

De acordo com Pedro Paulo, os principais questionamentos apresentados pelos servidores foram com relação à proposta oferecida pelo Executivo, os prazos envolvidos na negociação e se o simples fato de aceitação de qualquer percentual de reajuste vai interferir na tramitação ou até mesmo pode anular o andamento do PL 6.613, já que este projeto envolve outras questões do Plano de Carreira importantes para toda a categoria.



Foto: Max Leone

29 de agosto: ato em frente ao TRF coordenado pela diretora sindical Mariana Liria

*Da Redação.

ENTREVISTA VALTER NOGUEIRA ALVES

DIRETOR-PRESIDENTE DO SISEJUFÉ
COORDENADOR EXECUTIVO DA FEDERAÇÃO
NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO
FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – FENAJUFE

“Nossa capacidade de indignação arrancou o reajuste.”

Contraponto – Na assembleia geral de 30 de agosto, na Candelária, a categoria judiciária federal do Rio teve o entendimento de que aceitar a proposta acertada entre o STF e o Ministério do Planejamento era o melhor caminho e a delegação fluminense defendeu essa posição, no dia seguinte, na Reunião Ampliada da Fenajufe. Como você avalia a resistência de setores da categoria em aceitar a proposta orçamentária, materializada no PL 4.363/2012 (substitutivo do PL 6.613), que representa um reajuste médio de 33% em 24 meses?

Valter Nogueira Alves – Primeiro é importante analisar que estamos vindo de um processo de busca de reajuste salarial desde 2009. De lá pra cá, a nossa categoria fez seis greves e está um tanto cansada e desestimulada nesse processo, ao ponto de alguns setores sequer acreditarem na possibilidade de qualquer reajuste. Diante do que foi colocado, não só para os servidores do Judiciário, mas para o conjunto dos servidores públicos federais, acredito que nós avançamos não para aquilo que seria o ideal, mas avançamos para o razoável. O aumento representa um ganho satisfatório no salário de nossa categoria em função da configuração desse aumento. Enquanto as outras carreiras do serviço público fecharam e assinaram um acordo com o governo em que tiveram pouco mais de 15% de reajuste, com a nossa mobilização e capacidade de interlocução junto ao Supremo Tribunal Federal, conseguimos que o nosso aumento se transformasse em 33%. O mais importante é que desses 33% que foram colocados no orçamento, 45% desse montante vão ser implementados já agora a partir de janeiro de 2013. Isso representa já, aproximadamente, os 15% que o governo concedeu de modo parcelado a todas as outras categorias. De um governo que falou o tempo todo que não daria reajuste, que o mundo vive uma crise, que nessa crise ele preferia preservar o emprego daqueles que não têm estabilidade, posso dizer que arrancar esses valores já de imediato, em janeiro, é uma grande vitória.

Contraponto – O Sisejufe e a Fenajufe trabalham com a

possibilidade de pressionar pela antecipação das parcelas?

Valter – Embora esse reajuste tenha sido concedido em 24 meses, em 2014 teremos eleições e podemos fazer uma grande mobilização para conseguir a antecipação de parcela e conseguir avançar num reajuste futuro. É importante destacar que nós não assinamos acordo com o Poder Executivo. Todas as outras categorias estiveram no Ministério do Planejamento e acertaram o acordo com bases que impediriam, em tese, que eles tivessem reajustes diferentes do que o acertado, pelo menos até janeiro de 2015. Nós não fizemos isso com o Executivo. Ao aceitarmos essa proposta encaminhada pelo STF, em nenhum momento assinamos termos de que não lutaríamos no próximo período para conseguir antecipar parcelas. Em 2014, teremos uma eleição presidencial disputada e o cenário se apresenta difícil para o atual governo. A nossa categoria tem condições de se organizar, discutir as bases de um Plano de Carreira e conseguir avançar para antecipar a parcela de 2015 para 2014. Isso nós já fizemos, por exemplo, em 2004, quando tivemos o aumento da GAJ – que era parcelada entre 12%, 35% e 50%. Juridicamente não há nada que impeça isso e eu acho que temos de trabalhar esse cenário para o próximo período.

Contraponto – Por que foi preciso um projeto de lei substitutivo do PL 6.613?

Valter – O fato de o STF ter encaminhado outro projeto de lei se deu porque, se mantivéssemos apenas o PL 6.613, poderíamos chegar na seguinte situação: uma parte da categoria, dirigida por sindicatos de postura mais radical e extremada, trabalhando junto aos parlamentares para que se votasse o projeto integral e a outra parte da categoria trabalhando para que o projeto fosse implementado de acordo com o que foi negociado entre o STF e o Executivo e está no projeto da Lei Orçamentária de 2013. Então não podíamos com o PL 6.613 para não correr o risco de mais uma fissura na categoria. Embora alguns sindicatos, num primeiro momento, tenham se manifestado e encaminhado para as suas bases a recusa da proposta,



Foto: Henri Figueiredo

VALTER

“Enquanto as outras carreiras do serviço público fecharam e assinaram um acordo com o governo em que tiveram pouco mais de 15% de reajuste, com a nossa mobilização e capacidade de interlocução junto ao Supremo Tribunal Federal, conseguimos que o nosso aumento se transformasse em 33%. O mais importante é que, desses 33% que foram colocados no orçamento, 45% desse montante vão ser implementados já agora a partir de janeiro de 2013. Isso representa, aproximadamente, os 15% que o governo concedeu de modo parcelado a todas as outras categorias.”

isso não é o que pensa, ao meu ver, a base da categoria, a nossa militância. Em alguns sindicatos, por exemplo, que fizeram consultas pela internet, enquetes, a aceitação da proposta venceu por mais de 90%. O sindicato de Goiás é um exemplo disso. No início, a categoria não foi bem esclarecida sobre como eram as bases da proposta porque se divulgava que seria de cerca de 15% – o que não é verdade. O reajuste é de 33%. Um analista em final de carreira, em janeiro de 2013, terá quase R\$1,6 mil a mais em seu contracheque. Um técnico judiciário terá quase R\$ 1 mil em seu contracheque. Então é importante fazer essa distinção. Embora a categoria reconheça que o reajuste foi aquém do que o necessário, sabe que foi o reajuste possível.

Contraponto – Os dirigentes sindicais do Sisejufe e da Fenajufe acreditam que será preciso mobilizar a categoria para acompanhar a tramitação do PL 4.363 no Congresso e pressionar pela aprovação ou o trâmite será pacífico?

Valter – Nós já tivemos exemplos

de várias categorias que, embora tenham assinado acordo com o Executivo, esse acordo não foi cumprido. Nesse momento, mais do que nunca, devemos estar mobilizados e atentos. Temos de ter estratégias de levar o projeto diretamente ao Plenário em regime de urgência tendo em vista que os valores para a implementação do projeto já estão incluídos no Orçamento de 2013. Então, não há nada que impeça, do ponto de vista formal, que a Câmara aprecie o projeto. Temos de cumprir alguns prazos regimentais, como a indicação de relator – o projeto ainda não tem relator. Então, a Fenajufe, já no próximo momento, vai trabalhar para que tenhamos um relator que consiga aglutinar dentro da Câmara dos Deputados apoio suficiente para que o projeto vá direto ao Plenário e não se submeta às demais comissões. A mobilização deve ser constante. Provavelmente, neste período, o Sisejufe enviará comitivas a Brasília, fará atividades nos aeroportos etc. Este é um período apático em Brasília devido às eleições municipais e o chamado “recesso branco”. O Congresso

tem trabalhado com um calendário de votações e é dentro deste calendário que a Federação e o Sisejufe vão atuar para forçar a aprovação da nossa proposta.

Contraponto – Como você definiria o momento de luta da categoria? É um momento de alívio depois de tanto desgaste?

Valter – Talvez não seja o momento de alívio. Os sindicatos não podem descuidar um só segundo das tentativas de retiradas de direitos. Acredito que seja, sim, um momento de reaglutinar forças e de colocar a categoria num outro patamar. Nosso colega Pedro Paulo Gasse Leal fez um belo artigo (leia na pág. 2) onde ele faz a metáfora de alguém que precisa subir um edifício de 54 andares e ele diz que é melhor ir de elevador ao menos até o 33°. Não é hora de arrefecer, é hora de reanimar a categoria, porque foi a capacidade de indignação dessa categoria que conseguiu fazer com que o governo saísse de um reajuste zero e concedesse um reajuste que recompõe minimamente parte de nossas perdas salariais.

Servidores federais, em ato público unificado, forçam Dilma a entrar escondida no Theatro Municipal

Fotos: Tatiana Lima

Movimento Sindical

Cerca de 300 servidores públicos federais ocuparam a avenida Rio Branco por 40 minutos em manifestação por reajuste salarial

Tatiana Lima*

Em ato público realizado na segunda-feira, 27 de agosto, os trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União – que começou com uma manifestação em frente à sede do PT no Centro do Rio – em conjunto com servidores de outras quatro categorias (Saúde, Educação, Cultura e Aeronáutica), além de estudantes das universidades federais e do Colégio Pedro II, ocuparam a entrada do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, obrigando a presidenta da República, Dilma Rousseff, a entrar escondida pela porta lateral do teatro, com a proteção da tropa de choque da Polícia Militar. A presidenta veio à cidade para a cerimônia de entrega de medalhas da 7ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). A

solenidade contou também com a presença do governador Sérgio Cabral (PMDB).

“Efetivamente esse ato tem que servir para despertar a categoria a fazer o trabalho que é neste momento o essencial: a greve! Se os trabalhadores do Judiciário Federal cruzarem os braços de verdade, o governo federal será obrigado a conceder aumento”, disse o dirigente sindical do Sisejufe Roberto Ponciano. O protesto chegou a ocupar toda a Rio Branco, na altura da av. Araújo Porto Alegre, parando o trânsito por cerca de 40 minutos durante a chegada da presidenta Dilma ao Theatro Municipal. Os servidores ficaram frente à frente com a tropa de choque da PM mas não houve confronto. Estima-se que 300 servidores participaram da manifestação, sendo cerca de cem trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU.



Além dos diretores e servidores do Judiciário Federal e MPU, participaram do ato sindicatos de servidores de universidades federais e de hospitais universitários, além de estudantes. As entidades representadas foram: Sindicato dos Servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (Sinasempu); Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-RJ); a Associação dos Docentes da UFRJ (ADUFRJ); o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e o Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA).



Com palavras de ordem como “PCS Já!”, munidos de cartazes, faixas e apitos, os servidores cobraram aumento salarial do Judiciário Federal e MPU, além da reposição salarial para as outras categorias do funcionalismo público



Mais de cem servidores da JF e MPU protestam em frente à sede do PT no Rio

Conforme programado, a semana de retomada da greve do Judiciário Federal teve início na segunda-feira, 27 de agosto, às 14h, com a realização de um ato público em frente à sede do PT, localizada na Rua do Carmo, nº 38, no Centro do Rio. “Se a presidenta da República respeitasse o artigo 37, inciso 10 da Constituição Federal, as greves dos servidores públicos federais não aconteceriam. Não haveria agora 350 mil funcionários públicos na rua pedindo

aumento”, discursou o diretor sindical Mário Cesar Pacheco. O ato público unificado entre os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União reuniu mais de cem trabalhadores e atraiu a atenção de transeuntes.

Às 14h15, a técnica judiciária Kátia Maria Nascimento, que é lotada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, propôs que o ato público fosse deslocado para a porta do Theatro Municipal devido à presença da presidenta Dilma

Rousseff na solenidade de entrega de medalhas da 7ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), às 15h. Os discursos foram interrompidos para que a proposta da servidora fosse votada pelos participantes do ato, tendo sido aprovada com apenas seis votos contrários. A partir das 14h25, aos gritos de “Incompetente”, os manifestantes se deslocaram da Rua do Carmo (passando pela rua Sete de Setembro e avenida Rio Branco) para a rua Evaristo



Fotos: Tatiana Lima

da Veiga, onde se localiza o Theatro Municipal.

Lá, os servidores do Judiciário Federal e MPU deram corpo à uma manifestação dos servidores e estudantes das Universidades federais e do Colégio Pedro II, exatamente às 15h. Contudo, todo o entorno do Theatro Municipal foi fechado com barreiras

montadas desde o início da Praça Floriano. A Rua Evaristo da Veiga, onde se localiza a porta principal do Theatro Municipal também foi fechada pela polícia com grades de ferro, impedindo a aproximação dos servidores e estudantes.

*Da Redação.



STF APRESENTOU À CÂMARA, NA NOITE DE 31 DE AGOSTO, O SUBSTITUTIVO DO PL 6613

Henri Figueiredo*

Na noite de sexta-feira, 31 de agosto, o Supremo apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4.363/2012 com o intuito de materializar o acordo firmado com o Poder Executivo para a inclusão dos recursos necessários no Anexo V da Lei Orçamentária do exercício de 2013. De acordo com a justificativa do projeto, o cerne da proposta está na revisão da Gratificação Judiciária (GAJ) que passará de 50% para 72,5% a partir de 1º de janeiro de 2013, para 86,5% a partir de 1º de janeiro de 2014 e, finalmente, para 100% a partir de 1º de janeiro de 2015, beneficiando os servidores com menor remuneração.

A proposta visa ainda extinguir a possibilidade de pagamento integral dos valores das Funções Comissionadas, níveis FC-01 a FC-06, cujo saldo

orçamentário remanescente será utilizado para incrementar valores na primeira escala da proposta de revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS).

O PL 4363 também aglutina os três padrões iniciais das classes de cada cargo (auxiliar, técnico e analista judiciário) de modo a

elevar a remuneração dos servidores posicionados nos dois primeiros padrões de cada cargo.

De acordo com o diretor sindical Roberto Ponciano, em que pese não ser o projeto com que a categoria tanto lutou, trata-se de uma vitória. “A perspectiva, há menos de um mês, era de aumento zero.

Isso mostra a nossa correção ao suspender a greve no Rio de Janeiro e confiar no acordo. Com o envio da dotação orçamentária, o projeto deve tramitar nas próximas semanas e vamos acompanhar a tramitação para que ele chegue à aprovação final e à sanção presidencial”, diz Pon-

ciano. “Aqueles que apostaram no fracasso da negociação, agora terão de fazer malabarismos para convencer suas bases a fazer uma greve com um acordo fechado”, conclui Ponciano.

*Da Redação.

SITUAÇÃO PROPOSTA													
CARGO	CLAS./PAD.	2012			2013			2014			2015		
		VENC.	GAJ	REMUNERAÇÃO	GAJ	REMUNERAÇÃO DIF-2012/2013	GAJ	REMUNERAÇÃO DIF-2012/2014	GAJ	REMUNERAÇÃO DIF-2012/2015			
ANALISTA JUDICIÁRIO	A-13	6.957,41	3.478,71	10.436,12	5.044,12	12.001,53	15,00%	6.000,77	12.958,18	24,17%	6.957,41	13.914,82	33,33%
	A-12	6.754,77	3.377,39	10.132,16	4.897,21	11.651,98	15,00%	5.825,99	12.580,76	24,17%	6.754,77	13.509,54	33,33%
	A-11	6.558,03	3.279,02	9.837,05	4.754,57	11.312,60	15,00%	5.656,30	12.214,33	24,17%	6.558,03	13.116,06	33,33%
	A-10	6.367,02	3.183,51	9.550,53	4.616,09	10.983,11	15,00%	5.491,55	11.858,57	24,17%	6.367,02	12.734,04	33,33%
	A-9	6.181,57	3.090,79	9.272,36	4.481,64	10.663,21	15,00%	5.331,60	11.513,17	24,17%	6.181,57	12.363,14	33,33%
	A-8	5.848,22	2.924,11	8.772,33	4.239,96	10.088,18	15,00%	5.044,09	10.892,31	24,17%	5.848,22	11.696,44	33,33%
	A-7	5.677,88	2.838,94	8.516,82	4.116,46	9.794,34	15,00%	4.897,17	10.575,05	24,17%	5.677,88	11.355,76	33,33%
	A-6	5.512,51	2.756,26	8.268,77	3.996,57	9.509,08	15,00%	4.754,54	10.267,05	24,17%	5.512,51	11.025,02	33,33%
	A-5	5.351,95	2.675,98	8.027,93	3.880,16	9.232,11	15,00%	4.616,06	9.968,01	24,17%	5.351,95	10.703,90	33,33%
	A-4	5.196,07	2.598,04	7.794,11	3.767,15	8.963,22	15,00%	4.481,61	9.677,68	24,17%	5.196,07	10.392,14	33,33%
TÉCNICO JUDICIÁRIO	A-3	4.915,86	2.457,93	7.373,79	3.564,00	8.479,86	15,00%	4.239,93	9.155,79	24,17%	4.915,86	9.831,72	33,33%
	A-2	4.772,68	2.386,34	7.159,02	3.460,19	8.232,87	15,00%	4.116,44	8.889,12	24,17%	4.772,68	9.545,36	33,33%
	A-1	4.633,67	2.316,84	6.950,51	3.359,41	7.993,08	15,00%	3.996,54	8.630,21	24,17%	4.633,67	9.267,34	33,33%
	A-13	4.240,47	2.120,24	6.360,71	3.074,34	7.314,81	15,00%	3.657,41	7.897,88	24,17%	4.240,47	8.480,94	33,33%
	A-12	4.116,96	2.058,48	6.175,44	2.984,80	7.101,76	15,00%	3.550,88	7.667,84	24,17%	4.116,96	8.233,92	33,33%
	A-11	3.997,05	1.998,53	5.995,58	2.897,86	6.894,91	15,00%	3.447,46	7.444,51	24,17%	3.997,05	7.994,10	33,33%
	A-10	3.880,63	1.940,32	5.820,95	2.813,46	6.694,09	15,00%	3.347,04	7.227,67	24,17%	3.880,63	7.761,26	33,33%
	A-9	3.767,60	1.883,80	5.651,40	2.731,51	6.499,11	15,00%	3.249,56	7.017,16	24,17%	3.767,60	7.535,20	33,33%
	A-8	3.564,43	1.782,22	5.346,65	2.584,21	6.148,64	15,00%	3.074,32	6.638,75	24,17%	3.564,43	7.128,86	33,33%
	A-7	3.460,61	1.730,31	5.190,92	2.508,94	5.969,55	15,00%	2.984,78	6.445,39	24,17%	3.460,61	6.921,22	33,33%
AUXILIAR JUDICIÁRIO	A-6	3.359,82	1.679,91	5.039,73	2.435,87	5.795,69	15,00%	2.897,84	6.257,66	24,17%	3.359,82	6.719,64	33,33%
	A-5	3.261,96	1.630,98	4.892,94	2.364,92	5.626,88	15,00%	2.813,44	6.075,40	24,17%	3.261,96	6.523,92	33,33%
	A-4	3.166,95	1.583,48	4.750,43	2.296,04	5.462,99	15,00%	2.731,49	5.898,44	24,17%	3.166,95	6.333,90	33,33%
	A-3	2.996,17	1.498,09	4.494,26	2.172,22	5.168,39	15,00%	2.584,20	5.580,37	24,17%	2.996,17	5.992,34	33,33%
	A-2	2.908,90	1.454,45	4.363,35	2.108,95	5.017,85	15,00%	2.508,93	5.417,83	24,17%	2.908,90	5.817,80	33,33%
	A-1	2.824,17	1.412,09	4.236,26	2.047,52	4.871,69	15,00%	2.435,85	5.260,02	24,17%	2.824,17	5.648,34	33,33%
	A-13	2.511,37	1.255,69	3.767,06	1.820,74	4.332,11	15,00%	2.166,06	4.677,43	24,17%	2.511,37	5.022,74	33,33%
	A-12	2.403,23	1.201,62	3.604,85	1.742,34	4.145,57	15,00%	2.072,79	4.476,02	24,17%	2.403,23	4.806,46	33,33%
	A-11	2.299,74	1.149,87	3.449,61	1.667,31	3.967,05	15,00%	1.983,53	4.283,27	24,17%	2.299,74	4.599,48	33,33%
	A-10	2.200,71	1.100,36	3.301,07	1.595,51	3.796,22	15,00%	1.898,11	4.098,82	24,17%	2.200,71	4.401,42	33,33%
A-9	2.105,94	1.052,97	3.156,91	1.526,81	3.632,75	15,00%	1.816,37	3.922,31	24,17%	2.105,94	4.211,88	33,33%	
A-8	1.992,37	996,19	2.988,56	1.444,47	3.436,84	15,00%	1.718,42	3.710,79	24,17%	1.992,37	3.984,74	33,33%	
A-7	1.906,58	953,29	2.859,87	1.382,27	3.288,85	15,00%	1.644,43	3.551,01	24,17%	1.906,58	3.813,16	33,33%	
A-6	1.824,48	912,24	2.736,72	1.322,75	3.147,23	15,00%	1.573,61	3.399,09	24,17%	1.824,48	3.648,96	33,33%	
A-5	1.745,91	872,96	2.618,87	1.265,78	3.011,69	15,00%	1.505,85	3.251,76	24,17%	1.745,91	3.491,82	33,33%	
A-4	1.670,73	835,37	2.506,10	1.211,28	2.882,01	15,00%	1.441,00	3.111,73	24,17%	1.670,73	3.341,46	33,33%	
A-3	1.580,63	790,32	2.370,95	1.145,96	2.726,59	15,00%	1.363,29	2.943,92	24,17%	1.580,63	3.161,26	33,33%	
A-2	1.512,57	756,29	2.268,86	1.096,61	2.609,18	15,00%	1.304,59	2.817,16	24,17%	1.512,57	3.025,14	33,33%	
A-1	1.447,43	723,72	2.171,13	1.049,39	2.496,82	15,00%	1.248,41	2.695,84	24,17%	1.447,43	2.894,86	33,33%	

*Devido ao reenquadramento de referências na nova tabela, os servidores que estejam posicionados a partir de A3 deverão subtrair 2 níveis para encontrar o valor referente ao seu reajuste. Por exemplo: A15 na tabela antiga passa a ser A13 na atual; ou C11 na tabela antiga passa a ser B9 na atual.

Sisejufe e Programa de Estudos Medievais da UFRJ promovem:

CURSO A EUROPA NA IDADE MÉDIA E OS FUNDAMENTOS DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Todas as quartas-feiras, a partir de 26 de setembro, às 19h
no Sisejufe, av. Presidente Vargas 509, 11º andar Centro – RJ

Objetivo principal do curso

Discutir aspectos da sociedade medieval destacando como eles contribuíram para a formação da civilização ocidental

Investimento único

Servidores filiados ao Sisejufe, sindicatos cutistas e membros da Ordem Franciscana Secular (OFS): R\$ 30

Para os demais interessados: R\$ 50

Inscrições e informações: formacao@sisejufe.org.br

CONHEÇA OS PROFESSORES

Maria Valdiza – Doutoranda no Programa de História comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Especialista em História do Brasil Pós-1930 pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atua na área de História Medieval, enfatizando o estudo de história comparada e estudos de gênero. É professora de História do Ensino Fundamental e Médio da rede pública e particular de ensino.

Jefferson Eduardo dos Santos Machado – Doutorando no Programa de História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Professor Assistente e ministra as disciplinas de História Medieval na Graduação e Fontes Históricas na Pós-graduação do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos.

Guilherme Antunes Jr. – Graduado em História pela UFRJ. Mestre em História Comparada pela UFRJ. Tendo defendido a dissertação: “A mariologia medieval: análise comparada do poema Duelo de la Virgen de Gonzalo de Berceo e do sermão de Aqueductu de Bernardo de Claraval”, em 2010. Doutorando em História Comparada pela UFRJ com a tese: “Gênero e mariologias medievais: análise comparada das obras o Duelo de la Virgen de Gonzalo de Berceo, o Liber Mariae de Gil de Zamora e as Cantigas de Santa Maria de Alfonso X.” Professor de Teoria e Metodologia da Universidade Gama Filho desde 2009. Membro colaborador do Programa de Estudos Medievais da UFRJ.

Paulo Duarte – Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada pela mesma instituição (2009). Ingressou no Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Comparada em 2011. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: Episcopado, Produção Intelectual, Sermões e Pregação, Páscoa e Calendário Litúrgico. Atuou como Professor substituto em História Medieval pela UFRJ em 2010.

26 de setembro – Idade Média, idade das trevas?

A construção do conceito de Idade Média. Delimitação espacial e cronológica. As reminiscências medievais e a medievalidade. **Palestrante – Maria Valdiza**

3 de outubro – Agostinho e Isidoro de Sevilha: os fundamentos do pensamento medieval ocidental

A trajetória e produção literária de Agostinho e Isidoro, destacando como eles dialogaram com o período em que viveram, bem como as suas contribuições para o pensamento medieval.

Palestrante – Paulo Duarte

10 de outubro – A cristianização do Ocidente nos séculos iniciais do medievo

A expansão do cristianismo nos séculos iniciais do medievo, articulada aos aspectos políticos e à organização institucional da Igreja, bem como aos conflitos entre as diversas interpretações sobre a fé cristã. **Palestrante – Paulo Duarte**

17 de outubro – Carlos Magno e a renovatio imperii

O Império Carolingio e seu impacto na organização eclesial e na cultura.

Palestrante – Paulo Duarte

24 de outubro – De S. Bento a S. Bernardo: o monasticismo no Ocidente medieval

O ascetismo. A vida monacal. As principais correntes da espiritualidade monástica do Ocidente medieval.

Palestrante – Guilherme Antunes Jr.

31 de outubro – A Europa feudal

A formação do feudalismo. O feudalismo europeu ocidental: pontos comuns e particularidades.

Palestrante – Guilherme Antunes Jr.

7 de novembro – As transformações socioeconômicas da Idade Média central

A expansão demográfica. As comunas. A expansão comercial. As atividades bancárias.

Palestrante – Maria Valdiza

14 de novembro – As escolas urbanas e a circulação dos textos clássicos e árabes no Ocidente

As escolas das catedrais e as universidades. As traduções. Mudanças e conflitos intelectuais

Palestrante – Guilherme Antunes Jr.

21 de novembro – A Igreja Romana como cabeça da Cristandade ocidental

A institucionalização da Igreja e reconhecimento da autoridade papal. A imposição de normas e os conflitos com as diferentes instâncias políticas.

Palestrante – Maria Valdiza

28 de novembro – As novas ordens religiosas e o combate do outro: as cruzadas e a Inquisição

As ordens militares e mendicantes. As cruzadas. O combate à heresia.

Palestrante – Jefferson Eduardo dos Santos Machado

5 de dezembro – A reação folclórica: as manifestações culturais laicas

O conceito de reação folclórica de Le Goff. Manifestações da cultura laica: o amor cortês, os romances de cavalaria, a épica etc.

Palestrante – Jefferson Eduardo dos Santos Machado

12 de dezembro – As transformações da Baixa Idade Média

As crises e novos aspectos que caracterizaram os séculos finais do medievo: da peste ao renascimento. **Palestrante – Jefferson Eduardo dos Santos Machado**